

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 96/2024
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 27/2024

1 – OBJETO

Aquisição de livros jurídicos específicos, conforme os autores/edições/editoras especificados(as) no Termo de Referência (anexo).

2 - JUSTIFICATIVA

As ciências jurídicas são um dos campos científicos que mais sofrem alterações em suas bases teórico-práticas. É possível dizer que quase diariamente temos inovações na área doutrinária, jurisprudencial e legislativa, exigindo do operador do direito a busca constante de atualização para o seu bom desempenho profissional.

Os livros são uma preciosa fonte de informação jurídica, seja pelo notável saber jurídico daqueles que os escrevem, seja pela precisão das informações neles contidas.

A possibilidade de acesso a livros atualizados garante a procuradoria, assessores jurídicos, pareceristas e demais profissionais da área, uma maior segurança na realização de seu trabalho.

No município de Irani o pequeno acervo de livros encontra-se desatualizado, sendo que a última compra ocorreu já faz um bom tempo, justificando a necessidade de aquisição de livros para atualização do acervo bem como para atualização das fontes que são material de trabalho da procuradoria.

Além disso, outros setores técnicos e secretarias constantemente demandam livros para atender necessidades específicas relacionadas as suas atividades, razão pela qual é importante a compra para atender esta demanda.

3 - DO FUNDAMENTO LEGAL

A contratação encontra fundamento na Lei Federal nº 14.133/21, em especial, no artigo 75, inciso II e parágrafos, a saber:

Art. 75. É dispensável a licitação:

II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras
[...]

§ 3º As contratações de que tratam os incisos I e II do caput deste artigo serão preferencialmente precedidas de divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis, com a especificação do objeto pretendido e com a manifestação de interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados, devendo ser selecionada a proposta mais vantajosa.

4 – DA VIGÊNCIA

O contrato decorrente deste procedimento terá vigência imediata, não havendo possibilidade de prorrogação.

5 – VALOR ESTIMADO E FORMA DE PAGAMENTO

Após ter realizado pesquisa de mercado em sítios eletrônicos, visando a aquisição dos objetos específicos, esta Administração obteve a seguinte cotação:

ITENS	TÍTULO	QUANT.	VALOR	EDITORA
	DIREITO CONSTITUCIONAL			
1	MANUAL DE DIREITO CONSTITUCIONAL (2024) - Eduardo Rodrigues dos Santos	1	209,9	Jus Podivm
2	PROCESSO LEGISLATIVO CONSTITUCIONAL (2024) - João Trindade de Cavalcante Filho	1	109,9	Jus Podivm
	DIREITO CIVIL			
3	Usucapião e usufruto; inventário e partilha; divórcio e união estável; protesto; demarcação e divisão extrajudiciais 4ª Edição - Ulisses Vieira Moreira Peixoto	1	R\$112,00	Mizuno
4	Manual de Direito Civil - Volume Único - 8ª Edição 2024 - Rodolfo Pamplona Filho e Pablo Stolze Gagliano	1	263,93	Do Direito
	PROCESSO CIVIL			
5	CURSO DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL - V.1 - INTRODUÇÃO AO DIREITO PROCESSUAL CIVIL, PARTE GERAL E PROCESSO DE CONHECIMENTO (2024) - Fredie Didier Jr.	1	R\$179,90	Jus Podivm
6	CURSO DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL - V.2 - TEORIA DA PROVA, DIREITO PROBATÓRIO, DECISÃO, PRECEDENTE, COISA JULGADA E TUTELA PROVISÓRIA (2024) - Fredie Didier Jr.	1	R\$179,90	Jus Podivm
7	CURSO DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL - V.3 - MEIOS DE IMPUGNAÇÃO ÀS DECISÕES JUDICIAIS E PROCESSO NOS TRIBUNAIS (2024) - Fredie Didier Jr.	1	R\$179,90	Jus Podivm
8	CURSO DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL - V.4 - PROCESSO COLETIVO - DE ACORDO COM A NOVA LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA (2024) - Fredie Didier Jr.	1	R\$169,90	Jus Podivm
9	INTRODUÇÃO À JUSTIÇA MULTIPORTAS - SISTEMA DE SOLUÇÃO DE PROBLEMAS JURÍDICOS E O PERFIL DO ACESSO À JUSTIÇA NO BRASIL (2024) - Fredie Didier Junior e Leandro Fernandes	1	R\$179,90	Jus Podivm
10	FAZENDA PÚBLICA EM JUÍZO (2024) - Murilo Teixeira Avelino	1	R\$99,90	Jus Podivm
11	Recursos Especial e Extraordinário 2ª edição - Flávio Henrique de Oliveira Nóbrega	1	R\$78,40	Mizuno
12	Prática Civil - 14ª Edição 2024 - João Aguirre	1	R\$103,28	Do Direito
13	Manual de Prática Civil - Fernanda Tartuce e Luiz Dellore	1	R\$211,00	Grupo Gen
14	Modelos de Peças e de Contratos no Novo CPC - Júlio Cesar Sanchez	1	R\$126,40	Mizuno
	DIREITO IMOBILIÁRIO			

15	Direito Imobiliário 4ª Edição - Ulisses Vieira Moreira Peixoto	1	R\$150,40	Mizuno
DIREITO TRIBUTÁRIO				
16	Curso Completo de Direito Processual Tributário - 6ª Edição 2024 - Cleucio Santos Nunes	1	234,6	Do Direito
17	Curso de Direito Tributário - Completo - 15ª Edição 2024 - Leandro Paulsen	1	190,4	Do Direito
DIREITO DO CONSUMIDOR				
18	MANUAL PRÁTICO DE DIREITO DO CONSUMIDOR (2024) - Cristiano Vieira Sobral Pinto e Misael Montenegro Filho	1	R\$89,90	Jus Podivm
19	A Defesa do Consumidor por meio da atuação do Procon como instância de acesso à justiça (2023) - Tiago Neves de Moraes	1	R\$69,90	Dialética
DIREITO FINANCEIRO				
20	AFO - ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA (2024) - Giovanni Pacelli	1	R\$179,90	Jus Podivm
DIREITO ADMINISTRATIVO				
21	TRATADO DA NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS: LEI 14133/21 COMENTADA POR ADVOGADOS PÚBLICOS (2024) - Leandro Sarai	1	R\$219,90	Jus Podivm
22	LEIS DE LICITAÇÕES PÚBLICAS COMENTADAS (2024) - Ronny Charles Lopes de Torres	1	R\$179,90	Jus Podivm
23	Comentários à Lei de Licitações e Contratações Administrativas 2º edição - Marçal Justen Filho	1	R\$ 481,95	Livraria ART
24	Curso de Direito Administrativo - Marçal Justen Filho	1	R\$309,00	Grupo Gen
25	Direito Administrativo Do Medo - 3ª Edição (2023) - Rodrigo Valgas dos Santos	1	R\$195,50	Livraria ART
26	MANUAL DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E SINDICÂNCIA - 8ª Edição (2 volumes) - Antonio Carlos Alencar Carvalho	1	R\$590,00	Fórum
27	DIREITO ADMINISTRATIVO E MUNICIPAL 1ª EDIÇÃO 2024 ADRIANO ROBERTO VANCIM	1	R\$179,20	De Direito
28	CURSO DE DIREITO ADMINISTRATIVO (2024) - Juliano Heinen	1	R\$129,90	Jus Podivm
29	CURSO DE PEÇAS E PARECERES - ADVOCACIA PÚBLICA - TEORIA E PRÁTICA (2023) - Caio Souza	1	R\$179,90	Jus Podivm
30	PROCESSO ADMINISTRATIVO Cristiana Fortini, Tatiana Martins da Costa Camarão, Caio Mário Lana Cavalcanti, Maria Fernanda Veloso Pires	1	R\$188,00	Fórum
TOTAL	R\$ 5.772,56 (cinco mil setecentos e setenta e dois reais e cinquenta e seis centavos)			

5.1. Consigna-se que, apesar de ter recebido propostas para a execução do serviço, não houve, ainda, a escolha do fornecedor. Em atendimento ao disposto no artigo 75, § 3º, da Lei n. 14.133/2021, o aviso de dispensa de licitação será publicado no sítio eletrônico desta urbe, a fim de admitir o envio de novas propostas por empresas interessadas.

5.2. Em não havendo empresas interessadas no fornecimento dos livros, será o objeto adquirido por meio de compra on-line, cujo pagamento será feito de forma antecipada, nos sítios eletrônicos oficiais das editoras.

6 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

02 - PODER EXECUTIVO; 2002 - GABINETE DO PREFEITO E VICE PREFEITO; DESPESA – 2; COMPLEMENTO - 3.3.90.30.14.00.00.00 - MATERIAL EDUCATIVO; BANCO: 001; AGÊNCIA: 3756-7; CONTA: 9331-9

7 - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

I - São obrigações da CONTRATADA:

- a) Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior.
- b) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- c) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
- d) Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do art. 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021;
- e) Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- f) Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;
- g) Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- h) Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- i) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- j) Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- k) Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- l) Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- m) Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

- n) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, inciso II, alínea d, da Lei nº 14.133/2021;
- o) Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- p) Responsabilizar-se pela entrega do objeto licitado no endereço da sede da Prefeitura Municipal de Irani/SC.

II - São obrigações do CONTRATANTE:

- a) Efetuar o pagamento da contratação, após recebimento definitivo e de acordo com as condições contratuais acordadas entre as partes, **podendo o pagamento ser realizado antecipadamente, caso o objeto seja adquirido por meio de compra em sítio eletrônico;**
- b) Observar e fazer cumprir fielmente o que estabelece este termo de referência e as sanções administrativas;
- c) Prestar informações e esclarecimentos relativos ao objeto desta contratação que venham ser solicitados pela empresa contratada;
- d) Rejeitar, no todo ou em partes, os materiais entregue em desacordo com as obrigações assumidas pela empresa contratada;
- e) Notificar a empresa por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constantes de cada item que compõem o objeto deste termo, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;
- f) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato por intermédio de comissão ou gestor designado para este fim.

Irani (SC), em 24 de maio de 2024.

VANDERLEI CANCI
Prefeito Municipal

TERMO DE REFERÊNCIA

O Termo de Referência tem por finalidade, atender o disposto na legislação vigente concernente às contratações públicas, em especial ao artigo 37, inciso XXI da CRFB/88 e aos dispositivos da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como normatizar, disciplinar e definir os elementos que nortearão o Processo Licitatório.

CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de 31 (trinta e um) Livros Jurídicos, os quais possuem natureza comum, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITENS	TÍTULO	QUANT.	VALOR	EDITORA
	DIREITO CONSTITUCIONAL			
1	MANUAL DE DIREITO CONSTITUCIONAL (2024) - Eduardo Rodrigues dos Santos	1	209,9	Jus Podivm
2	PROCESSO LEGISLATIVO CONSTITUCIONAL (2024) - João Trindade de Cavalcante Filho	1	109,9	Jus Podivm
	DIREITO CIVIL			
3	Usucapião e usufruto; inventário e partilha; divórcio e união estável; protesto; demarcação e divisão extrajudiciais 4ª Edição - Ulisses Vieira Moreira Peixoto	1	R\$112,00	Mizuno
4	Manual de Direito Civil - Volume Único - 8ª Edição 2024 - Rodolfo Pamplona Filho e Pablo Stolze Gagliano	1	263,93	Do Direito
	PROCESSO CIVIL			
5	CURSO DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL - V.1 - INTRODUÇÃO AO DIREITO PROCESSUAL CIVIL, PARTE GERAL E PROCESSO DE CONHECIMENTO (2024) - Fredie Didier Jr.	1	R\$179,90	Jus Podivm
6	CURSO DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL - V.2 - TEORIA DA PROVA, DIREITO PROBATÓRIO, DECISÃO, PRECEDENTE, COISA JULGADA E TUTELA PROVISÓRIA (2024) - Fredie Didier Jr.	1	R\$179,90	Jus Podivm
7	CURSO DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL - V.3 - MEIOS DE IMPUGNAÇÃO ÀS DECISÕES JUDICIAIS E PROCESSO NOS TRIBUNAIS (2024) - Fredie Didier Jr.	1	R\$179,90	Jus Podivm
8	CURSO DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL - V.4 - PROCESSO COLETIVO - DE ACORDO COM A NOVA LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA (2024) - Fredie Didier Jr.	1	R\$169,90	Jus Podivm
9	INTRODUÇÃO À JUSTIÇA MULTIPORTAS - SISTEMA DE SOLUÇÃO DE PROBLEMAS JURÍDICOS E O PERFIL DO ACESSO À JUSTIÇA NO BRASIL (2024) - Fredie Didier Junior e Leandro Fernandes	1	R\$179,90	Jus Podivm
10	FAZENDA PÚBLICA EM JUÍZO (2024) - Murilo Teixeira Avelino	1	R\$99,90	Jus Podivm

11	Recursos Especial e Extraordinário 2ª edição - Flávio Henrique de Oliveira Nóbrega	1	R\$78,40	Mizuno
12	Prática Civil - 14ª Edição 2024 - João Aguirre	1	R\$103,28	Do Direito
13	Manual de Prática Civil - Fernanda Tartuce e Luiz Dellore	1	R\$211,00	Grupo Gen
14	Modelos de Peças e de Contratos no Novo CPC - Júlio Cesar Sanchez	1	R\$126,40	Mizuno
	DIREITO IMOBILIÁRIO			
15	Direito Imobiliário 4ª Edição - Ulisses Vieira Moreira Peixoto	1	R\$150,40	Mizuno
	DIREITO TRIBUTÁRIO			
16	Curso Completo de Direito Processual Tributário - 6ª Edição 2024 - Cleucio Santos Nunes	1	234,6	Do Direito
17	Curso de Direito Tributário - Completo - 15ª Edição 2024 - Leandro Paulsen	1	190,4	Do Direito
	DIREITO DO CONSUMIDOR			
18	MANUAL PRÁTICO DE DIREITO DO CONSUMIDOR (2024) - Cristiano Vieira Sobral Pinto e Misael Montenegro Filho	1	R\$89,90	Jus Podivm
19	A Defesa do Consumidor por meio da atuação do Procon como instância de acesso à justiça (2023) - Tiago Neves de Moraes	1	R\$69,90	Dialética
	DIREITO FINANCEIRO			
20	AFO - ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA (2024) - Giovanni Pacelli	1	R\$179,90	Jus Podivm
	DIREITO ADMINISTRATIVO			
21	TRATADO DA NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS: LEI 14133/21 COMENTADA POR ADVOGADOS PÚBLICOS (2024) - Leandro Sarai	1	R\$219,90	Jus Podivm
22	LEIS DE LICITAÇÕES PÚBLICAS COMENTADAS (2024) - Ronny Charles Lopes de Torres	1	R\$179,90	Jus Podivm
23	Comentários à Lei de Licitações e Contratações Administrativas 2º edição - Marçal Justen Filho	1	R\$ 481,95	Livraria ART
24	Curso de Direito Administrativo - Marçal Justen Filho	1	R\$309,00	Grupo Gen
25	Direito Administrativo Do Medo - 3ª Edição (2023) - Rodrigo Valgas dos Santos	1	R\$195,50	Livraria ART
26	MANUAL DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E SINDICÂNCIA - 8ª Edição (2 volumes) - Antonio Carlos Alencar Carvalho	1	R\$590,00	Fórum
27	DIREITO ADMINISTRATIVO E MUNICIPAL 1ª EDIÇÃO 2024 ADRIANO ROBERTO VANCIM	1	R\$179,20	De Direito
28	CURSO DE DIREITO ADMINISTRATIVO (2024) - Juliano Heinen	1	R\$129,90	Jus Podivm
29	CURSO DE PEÇAS E PARECERES - ADVOCACIA PÚBLICA - TEORIA E PRÁTICA (2023) - Caio Souza	1	R\$179,90	Jus Podivm

30	PROCESSO ADMINISTRATIVO Cristiana Fortini, Tatiana Martins da Costa Camarão, Caio Mário Lana Cavalcanti, Maria Fernanda Veloso Pires	1	R\$188,00	Fórum
-----------	---	---	-----------	-------

TOTAL: R\$ 5.772,56 (cinco mil setecentos e setenta e dois reais e cinquenta e seis centavos)

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

1.4. As ciências jurídicas são um dos campos científicos que mais sofrem alterações em suas bases teórico-práticas. É possível dizer que quase diariamente temos inovações na área doutrinária, jurisprudencial e legislativa, exigindo do operador do direito a busca constante de atualização para o seu bom desempenho profissional.

1.5. Os livros são uma preciosa fonte de informação jurídica, seja pelo notável saber jurídico daqueles que os escrevem, seja pela precisão das informações neles contidas.

1.6. A possibilidade de acesso a livros atualizados garante a procuradoria, assessores jurídicos, pareceristas e demais profissionais da área, uma maior segurança na realização de seu trabalho.

1.7. No município de Irani o pequeno acervo de livros encontra-se desatualizado, sendo que a última compra ocorreu já faz um bom tempo, justificando a necessidade de aquisição de livros para atualização do acervo bem como para atualização das fontes que são material de trabalho da procuradoria.

1.8. Além disso, outros setores técnicos e secretarias constantemente demandam livros para atender necessidades específicas relacionadas as suas atividades, razão pela qual é importante a compra para atender esta demanda.

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

1.9. Os itens, objeto deste processo, podem trazer solução a questionamentos atuais de posições informações legais, jurídico-doutrinárias do município visando melhorar os trabalhos e demandas que chegam ao município o que pode fornecer soluções mais econômicas as demandas municipais bem como trazer segurança nas tomadas de decisões e escolhas de correntes a serem seguidas.

1.10. Deste modo a solução que melhor atende às necessidades da procuradoria e, bem como a que traz maiores ganhos do ponto de vista da economicidade e do interesse público, considerando que melhores escolhas reduzem a margem de gastos e também asseguram aos servidores e a municipalidade, em especial a procuradoria do município melhor escolha nos trabalhos efetuados no dia a dia, por fim, a dispensa de licitação ou a inexigibilidade.

1.11. Entre as duas possibilidades de escolha, entende-se que a que melhor atende é a da dispensa de licitação, considerando o preço reduzido que se encontra dentro da margem de dispensa (Lei 14.133, Art. 75, Inciso II cumulado com o Decreto Municipal nº 95/2023 art. 58 a 62) para adquirir o material e a origem

da verba que vem de honorários advocatícios sucumbenciais, os quais também não possuem lei de autorização para serem destinados ao procurador do município.

REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

1.12. Na presente contratação será admitida a indicação dos livros e editoras acima indicados de acordo com as justificativas contidas nos Estudos Técnicos Preliminares:

Subcontratação

1.13. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

1.14. É aquela indicada no Código do Consumidor vigente.

MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

1.15. O prazo de entrega dos bens será feito de acordo com as **remessas das fornecedoras**.

1.16. **Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço Prefeitura do MUNICÍPIO DE IRANI, situada na Rua Elírio de Gregori, n.º 207, Centro, Irani, SC, CEP 89.680-00**

Garantia, manutenção e assistência técnica

1.17. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

MODELO DE GESTÃO

1.1.1.1. Abrir cadastro no site da vendedora/editora em nome do município;

1.1.1.2. Efetuar o pagamento a vendedora de acordo com o estipulado neste Edital.

1.1.1.3. Acompanhar e fiscalizar a compra e atestar nas notas fiscais/faturas o efetivo fornecimento dos objetos deste documento.

1.1.1.4. Rejeitar, no todo ou em parte, os itens entregues, se estiverem em desacordo com a especificação e da proposta de preços da VENDEDORA.

1.1.1.5. Comunicar à VENDEDORA todas e quaisquer irregularidades observadas durante o recebimento dos itens solicitados.

1.1.1.6. Notificar a VENDEDORA no caso de irregularidades encontradas na entrega dos itens e serviços solicitados.

1.1.1.7. Solicitar o reparo, a correção, a remoção ou a substituição dos materiais em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

1.1.1.8. Conceder prazo, após a notificação, para a VENDEDORA regularizar as falhas observadas.

1.1.1.9. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela VENDEDORA.

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

- 1.18. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência.
- 1.19. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos conforme Código do Consumidor, a contar da notificação da contratada.
- 1.20. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 7 (sete) dias, a contar do recebimento do produto no local de entrega, ocasião em que se verificará a qualidade e quantidade do material e consequente aceitação.
- 1.21. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 1.22. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Forma de pagamento

- 1.23. O pagamento será realizado **através de pronto pagamento**, autorizado pelo art. 95 da Lei 14.133 § 2, para o **vendedor, diretamente pelo site da editora, considerando que o valor não supera R\$ 10.000,00 (dez mil reais)**.
- 1.24. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 1.25. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 1.25.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

Antecipação de pagamento

- 1.26. A presente contratação permite a antecipação de pagamento total, conforme as regras previstas no presente tópico.
- 1.27. No presente caso a antecipação do pagamento gera economia considerando que até ser feito eventuais pedidos e buscas perante as editoras, pedidos de orçamentos e envios antes do pagamento ira gerar um desgaste de tempo e esforço, ao mesmo tempo que fazer um processo licitatório completo com disputas sera possivelmente deserto em razão dos produtos acima serem vendidos diretamente pelas editoras e eventual outro fornecedor apenas estará revendendo um livros adquiridos pela editora em questão , portanto a contratação nos modelo pleiteado traz sensível economia de recursos sendo a antecipação do pagamento é indispensável para a contratação do bem ou serviço.
- 1.28. O vendedor emitirá recibo/nota fiscal/fatura/documento idôneo correspondente ao valor da antecipação de pagamento, tão logo este seja efetuado, prosseguindo com envio da compra.
- 1.28.1. No caso de inexecução parcial, deverá haver e ser solicitada pelo Municipio a devolução do valor relativo à parcela não-executada.
- 1.29. A antecipação de pagamento dispensa o ateste ou recebimento prévios do objeto, os quais deverão ocorrer após a regular execução da parcela contratual a que se refere o valor antecipado.
- 1.30. O pagamento do valor a ser antecipado ocorrerá respeitando eventuais retenções tributárias incidentes.

FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção

1.31. O fornecedor foi selecionado por meio da realização de procedimento de DISPENSA DE LICITAÇÃO permitido pelo Lei 14.133, art. 75, II.

Foram tentadas diversas buscas por fornecedores com custos menores, todavia todas as buscas foram ineficazes considerando que eventuais outras empresas compram direto da editora que por sua vez aumentando sua margem de lucro sobre o produto fornecido.

Forma de fornecimento

1.32. O fornecimento do objeto será integral

ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O custo estimado total da contratação é de **R\$ 5.772,56 (cinco mil setecentos e setenta e dois reais e cinquenta e seis centavos)**.

1.33. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de honorários sucumbenciais.

ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

1.34. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

02 - PODER EXECUTIVO; 2002 - GABINETE DO PREFEITO E VICE PREFEITO; DESPESA – 2; COMPLEMENTO - 3.3.90.30.14.00.00.00 - MATERIAL EDUCATIVO; BANCO: 001; AGÊNCIA: 3756-7; CONTA: 9331-9

Irani, 14 de maio de 2024.

GRACIELE RICCI LEMES
Secretário de Administração e Gestão

RAUL LENNON MATOS NOGUEIRA
Fiscal de Contrato

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

INTRODUÇÃO

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenda à necessidade abaixo especificada, cujo objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

As ciências jurídicas são um dos campos científicos que mais sofrem alterações em suas bases teórico-práticas. É possível dizer que quase diariamente temos inovações na área doutrinária, jurisprudencial e legislativa, exigindo do operador do direito a busca constante de atualização para o seu bom desempenho profissional.

Os livros são uma preciosa fonte de informação jurídica, seja pelo notável saber jurídico daqueles que os escrevem, seja pela precisão das informações neles contidas.

A possibilidade de acesso a livros atualizados garante a procuradoria, assessores jurídicos, pareceristas e demais profissionais da área, uma maior segurança na realização de seu trabalho.

No município de Irani o pequeno acervo de livros encontra-se desatualizado, sendo que a última compra ocorreu já faz um bom tempo, justificando a necessidade de aquisição de livros para atualização do acervo bem como para atualização das fontes que são material de trabalho da procuradoria.

Além disso, outros setores técnicos e secretarias constantemente demandam livros para atender necessidades específicas relacionadas as suas atividades, razão pela qual é importante a compra para atender esta demanda.

2. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

A presente compra não consta no plano de contratações anuais, contudo, conforme se demonstrará a verba para pagamento decorre de honorários sucumbenciais.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Fornecimento dos livros em formato impresso, editados e publicados pelas seguintes editoras, Editora Jus Podivm, Editora Mizuno, Editora do Direito, Grupo Gen, Editora Dialectica, Livraria RT, Livraria de Direito, Editora Fórum.

4. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

A previsão de quantidade de livros a ser comprada é a indicada na tabela abaixo:

ITENS	TÍTULO	QUANT.
	DIREITO CONSTITUCIONAL	
1	MANUAL DE DIREITO CONSTITUCIONAL (2024) - Eduardo Rodrigues dos Santos	1

2	PROCESSO LEGISLATIVO CONSTITUCIONAL (2024) - João Trindade de Cavalcante Filho	1
DIREITO CIVIL		
3	Usucapião e usufruto; inventário e partilha; divórcio e união estável; protesto; demarcação e divisão extrajudiciais 4ª Edição - Ulisses Vieira Moreira Peixoto	1
4	Manual de Direito Civil - Volume Único - 8ª Edição 2024 - Rodolfo Pamplona Filho e Pablo Stolze Gagliano	1
PROCESSO CIVIL		
5	CURSO DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL - V.1 - INTRODUÇÃO AO DIREITO PROCESSUAL CIVIL, PARTE GERAL E PROCESSO DE CONHECIMENTO (2024) - Fredie Didier Jr.	1
6	CURSO DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL - V.2 - TEORIA DA PROVA, DIREITO PROBATÓRIO, DECISÃO, PRECEDENTE, COISA JULGADA E TUTELA PROVISÓRIA (2024) - Fredie Didier Jr.	1
7	CURSO DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL - V.3 - MEIOS DE IMPUGNAÇÃO ÀS DECISÕES JUDICIAIS E PROCESSO NOS TRIBUNAIS (2024) - Fredie Didier Jr.	1
8	CURSO DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL - V.4 - PROCESSO COLETIVO - DE ACORDO COM A NOVA LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA (2024) - Fredie Didier Jr.	1
9	INTRODUÇÃO À JUSTIÇA MULTIPORTAS - SISTEMA DE SOLUÇÃO DE PROBLEMAS JURÍDICOS E O PERFIL DO ACESSO À JUSTIÇA NO BRASIL (2024) - Fredie Didier Junior e Leandro Fernandes	1
10	FAZENDA PÚBLICA EM JUÍZO (2024) - Murilo Teixeira Avelino	1
11	Recursos Especial e Extraordinário 2ª edição - Flávio Henrique de Oliveira Nóbrega	1
12	Prática Civil - 14ª Edição 2024 - João Aguirre	1
13	Manual de Prática Civil - Fernanda Tartuce e Luiz Dellore	1
14	Modelos de Peças e de Contratos no Novo CPC - Júlio Cesar Sanchez	1
DIREITO IMOBILIÁRIO		
15	Direito Imobiliário 4ª Edição - Ulisses Vieira Moreira Peixoto	1
DIREITO TRIBUTÁRIO		
16	Curso Completo de Direito Processual Tributário - 6ª Edição 2024 - Cleucio Santos Nunes	1
17	Curso de Direito Tributário - Completo - 15ª Edição 2024 - Leandro Paulsen	1
DIREITO DO CONSUMIDOR		
18	MANUAL PRÁTICO DE DIREITO DO CONSUMIDOR (2024) - Cristiano Vieira Sobral Pinto e Misael Montenegro Filho	1
19	A Defesa do Consumidor por meio da atuação do Procon como instância de acesso à justiça (2023) - Tiago Neves de Moraes	1
DIREITO FINANCEIRO		
20	AFO - ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA (2024) - Giovanni Pacelli	1
DIREITO ADMINISTRATIVO		
21	TRATADO DA NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS: LEI 14133/21 COMENTADA POR ADVOGADOS PÚBLICOS (2024) - Leandro Sarai	1
22	LEIS DE LICITAÇÕES PÚBLICAS COMENTADAS (2024) - Ronny Charles Lopes de Torres	1

23	Comentários à Lei de Licitações e Contratações Administrativas 2ª edição - Marçal Justen Filho	1
24	Curso de Direito Administrativo - Marçal Justen Filho	1
25	Direito Administrativo Do Medo - 3ª Edição (2023) - Rodrigo Valgas dos Santos	1
26	MANUAL DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E SINDICÂNCIA - 8ª Edição (2 volumes) - Antonio Carlos Alencar Carvalho	1
27	DIREITO ADMINISTRATIVO E MUNICIPAL 1ª EDIÇÃO 2024 ADRIANO ROBERTO VANCIM	1
28	CURSO DE DIREITO ADMINISTRATIVO (2024) - Juliano Heinen	1
29	CURSO DE PEÇAS E PARECERES - ADVOCACIA PÚBLICA - TEORIA E PRÁTICA (2023) - Caio Souza	1
30	PROCESSO ADMINISTRATIVO Cristiana Fortini, Tatiana Martins da Costa Camarão, Caio Mário Lana Cavalcanti, Maria Fernanda Veloso Pires	1

Justifica-se a quantidade de 31 (trinta e um) livros escolhidos considerando o orçamento disponível.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Para o objeto em questão foram feitas pesquisas dos preços perante as editoras nos sites dos vendedores, todos esses livros são vendidos diretamente pelas editoras.

6. ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

Após levantamento junto aos vendedores em pesquisa feita na internet entre 27-02-2024 a 11-04-2024, chegou-se a seguinte estimativa de preços dos livros por unidade anunciada a época da pesquisa, contudo o valor alterou de valor em 22 de maio de 2024 conforme pesquisas anexas:

TÍTULO	VALOR
DIREITO CONSTITUCIONAL	
MANUAL DE DIREITO CONSTITUCIONAL (2024) - Eduardo Rodrigues dos Santos	209,9
PROCESSO LEGISLATIVO CONSTITUCIONAL (2024) - João Trindade de Cavalcante Filho	109,9
DIREITO CIVIL	
Usucapião e usufruto; inventário e partilha; divórcio e união estável; protesto; demarcação e divisão extrajudiciais 4ª Edição - Ulisses Vieira Moreira Peixoto	R\$112,00
Manual de Direito Civil - Volume Único - 8ª Edição 2024 - Rodolfo Pamplona Filho e Pablo Stolze Gagliano	263,93
PROCESSO CIVIL	
CURSO DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL - V.1 - INTRODUÇÃO AO DIREITO PROCESSUAL CIVIL, PARTE GERAL E PROCESSO DE CONHECIMENTO (2024) - Fredie Didier Jr.	R\$179,90
CURSO DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL - V.2 - TEORIA DA PROVA, DIREITO PROBATÓRIO, DECISÃO, PRECEDENTE, COISA JULGADA E TUTELA PROVISÓRIA (2024) - Fredie Didier Jr.	R\$179,90
CURSO DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL - V.3 - MEIOS DE IMPUGNAÇÃO ÀS DECISÕES JUDICIAIS E PROCESSO NOS TRIBUNAIS (2024) - Fredie Didier Jr.	R\$179,90

CURSO DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL - V.4 - PROCESSO COLETIVO - DE ACORDO COM A NOVA LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA (2024) - Fredie Didier Jr.	R\$169,90
INTRODUÇÃO À JUSTIÇA MULTIPORTAS - SISTEMA DE SOLUÇÃO DE PROBLEMAS JURÍDICOS E O PERFIL DO ACESSO À JUSTIÇA NO BRASIL (2024) - Fredie Didier Junior e Leandro Fernandes	R\$179,90
FAZENDA PÚBLICA EM JUÍZO (2024) - Murilo Teixeira Avelino	R\$99,90
Recursos Especial e Extraordinário 2ª edição - Flávio Henrique de Oliveira Nóbrega	R\$78,40
Prática Civil - 14ª Edição 2024 - João Aguirre	R\$103,28
Manual de Prática Civil - Fernanda Tartuce e Luiz Dellore	R\$211,00
Modelos de Peças e de Contratos no Novo CPC - Júlio Cesar Sanchez	R\$126,40
DIREITO IMOBILIÁRIO	
Direito Imobiliário 4ª Edição - Ulisses Vieira Moreira Peixoto	R\$150,40
DIREITO TRIBUTÁRIO	
Curso Completo de Direito Processual Tributário - 6ª Edição 2024 - Cleucio Santos Nunes	234,6
Curso de Direito Tributário - Completo - 15ª Edição 2024 - Leandro Paulsen	190,4
DIREITO DO CONSUMIDOR	
MANUAL PRÁTICO DE DIREITO DO CONSUMIDOR (2024) - Cristiano Vieira Sobral Pinto e Misael Montenegro Filho	R\$89,90
A Defesa do Consumidor por meio da atuação do Procon como instância de acesso à justiça (2023) - Tiago Neves de Moraes	R\$69,90
DIREITO FINANCEIRO	
AFO - ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA (2024) - Giovanni Pacelli	R\$179,90
DIREITO ADMINISTRATIVO	
TRATADO DA NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS: LEI 14133/21 COMENTADA POR ADVOGADOS PÚBLICOS (2024) - Leandro Sarai	R\$219,90
LEIS DE LICITAÇÕES PÚBLICAS COMENTADAS (2024) - Ronny Charles Lopes de Torres	R\$179,90
Comentários à Lei de Licitações e Contratações Administrativas 2ª edição - Marçal Justen Filho	R\$ 481,95
Curso de Direito Administrativo - Marçal Justen Filho	R\$309,00
Direito Administrativo Do Medo - 3ª Edição (2023) - Rodrigo Valgas dos Santos	R\$195,50
MANUAL DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E SINDICÂNCIA - 8ª Edição (2 volumes) - Antonio Carlos Alencar Carvalho	R\$590,00
DIREITO ADMINISTRATIVO E MUNICIPAL 1ª EDIÇÃO 2024 ADRIANO ROBERTO VANCIM	R\$179,20
CURSO DE DIREITO ADMINISTRATIVO (2024) - Juliano Heinen	R\$129,90
CURSO DE PEÇAS E PARECERES - ADVOCACIA PÚBLICA - TEORIA E PRÁTICA (2023) - Caio Souza	R\$179,90
PROCESSO ADMINISTRATIVO Cristiana Fortini, Tatiana Martins da Costa Camarão, Caio Mário Lana Cavalcanti, Maria Fernanda Veloso Pires	R\$188,00

TOTAL: R\$ 5.772,56 (cinco mil setecentos e setenta e dois reais e cinquenta e seis centavos)

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Os itens, objeto deste processo, podem trazer solução a questionamentos atuais de posições informações legais, jurídico-doutrinárias do município visando melhorar os trabalhos e demandas que chegam ao município o que pode fornecer soluções mais econômicas as demandas municipais bem como trazer segurança nas tomadas de decisões e escolhas de correntes a serem seguidas.

Deste modo a solução que melhor atende às necessidades da procuradoria e, bem como a que traz maiores ganhos do ponto de vista da economicidade e do interesse público, considerando que melhores escolhas reduzem a margem de gastos e também asseguram aos servidores e a municipalidade, em especial a procuradoria do município melhor escolha nos trabalhos efetuados no dia a dia, por fim, a dispensa de licitação ou a inexigibilidade.

Entre as duas possibilidades de escolha, entende-se que a que melhor atende é a da dispensa de licitação, considerando o preço reduzido que se encontra dentro da margem de dispensa (Lei 14.133, Art. 75, Inciso II cumulado com o Decreto Municipal nº 95/2023 art. 58 a 62) para adquirir o material e a origem da verba que vem de honorários advocatícios sucumbenciais, os quais também não possuem lei de autorização para serem destinados ao procurador do município.

8. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

A compra dos livros por ser feito em uma única vez, dispensa o parcelamento, considerando que a verba para pagamento total resta comprovada.

9. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Com esta contratação, espera-se alcançar acesso a diversos livros jurídicos atualizados proporcionando rapidez nos acessos às informações e melhor instrução das respostas ao munícipes, aos servidores, e também minimizando, diante de estudo melhores escolhas que estará trazendo economicidade ao município.

Os livros trazem informações, estudos e que acabam por evitar buscar profissionais operadores do direito o qual podem demandar gastos para repassarem informações que já estão nos livros, assim sendo, gera por uma mesma via resultados financeiros positivos e aproveita os recursos humanos e materiais.

10. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

Por se tratar de produto comum, de atividades rotineiras e conhecidas, não se identifica a necessidade de providências complementares.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

Não se faz necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para a viabilidade desta demanda, considerando que no presente caso basta ser feito a compra e aguardar a entrega dos livros.

12. IMPACTOS AMBIENTAIS

Não há previsão de impacto ambiental resultante desta contratação, contudo deve ser observado o descarte correto dos resíduos sólidos (plástico e papel) que advirem da entrega.

13. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO



Diante do exposto, foi possível concluir que os estudos preliminares evidenciaram pela possibilidade de contratação do item descrito acima, bem como adequada às necessidades desta Administração.

Por fim, havendo a previsão e viabilidade financeira, entende-se como viável e razoável a contratação por meio de processo licitatório descrito neste ETP para atender ao interesse público.

Irani/SC, 14 de maio de 2024.

SIMÃO SCHMITH
Assessor Jurídico